



SEGURO GARANTIA ADUANEIRO

O Seguro Garantia é a modalidade mais indicada para assegurar quaisquer obrigações pactuadas. O segmento é um dos mais importantes do mercado segurador, não só pela transparência como também em termos de ética, valores e objetivos. A própria demanda tem sido responsável pelo desenvolvimento desse tipo de proteção, fruto, sem dúvida, do avanço das relações comerciais e sociais. A atividade é antiqüíssima e se remonta a um passado quando as partes interessadas assumiam o instrumento garantidor sob a forma precursora de fiança.

Mas, não queremos enveredar pelos caminhos da história. Desejamos apenas nos ater, estritamente, ao Seguro Garantia Aduaneiro. Até agora o setor de seguros questiona as Instruções Normativas de nºs 83/98, 164/98 e 150/99, editadas pela Receita Federal, as quais têm por objetivo garantir àquele órgão os impostos suspensos em razão das Importações Temporárias. Por exigência das citadas Instruções, as cauções ou formas de garantia poderão ser prestadas a critério do importador, sob a forma das seguintes modalidades: depósito em dinheiro; caução de títulos da Dívida Pública Federal; Fiança Idônea ou Seguro Garantia Aduaneiro.

Para nós o que causa estranheza é saber que uma empresa, seja qual for o seu objetivo social, poderá emitir SEM LIMITE E EM QUALQUER VALOR, fianças para terceiro, a favor da Receita Federal, isenta de quaisquer controles desta ou de qualquer outra autoridade fiscalizadora, no caso, por exemplo, o BACEN ou a SUSEP, bastando tão somente, que possua um Patrimônio

Líquido superior a um milhão de reais.

A Fiança Idônea, salvo melhor juízo, poderá transformar-se ou ser considerada INIDÔNEA, eis que sendo o risco de expressivo valor, a consequência de tal fiança é não garantir verdadeiramente os créditos da Receita Federal.

Em contrapartida, exige-se de uma Seguradora, para operar no mercado, um capital mínimo superior a R\$ 15 milhões de reais, devendo, automaticamente, constituir reservas técnicas garantidoras das suas operações. Além disso, tem por obrigação enviar, mensalmente, seus balancetes à SUSEP. Acrescente-se ainda: quando o valor da garantia exceder ao seu limite operacional, a seguradora deverá ressegurar esse excedente.

Vale enfatizar que as Fianças Idôneas apresentam pontos críticos da fragilidade, por não oferecerem a garantia de que a Receita Federal necessita, pois as operações não estão sujeitas a qualquer controle sobre o total das fianças emitidas por uma mesma empresa ou pessoa.

As fianças não sofrem qualquer processo de controle ou fiscalização sobre as tais operações que, segundo o que preceitua nossa legislação, são próprias das instituições financeiras, sejam elas Bancos ou Seguradoras.

Face a isso, não resta a menor dúvida que o instrumento apropriado é o Seguro Garantia Aduaneiro, não só pela sua eficácia como também por uma atividade legítima e em franca expansão no mercado segurador, além de ser parcela relevante do sistema financeiro nacional.

:: INDENIZAÇÃO

Conforme notícia divulgada pelo Correio Braziliense, edição de 6 do corrente (quinta-feira), a SUSEP autorizou que as companhias seguradoras se recusem a indenizar acidentes provocados

por motoristas bêbados ou drogados. A prova, no entanto, precisa ser cabal, inclusive exame de sangue. Metade das mortes no trânsito envolve pessoas alcoolizadas.

:: PALESTRA

João Gilberto Possiede, presidente deste Sindicato, pronunciou palestra em São Paulo, no dia 19 do corrente, no Auditório da Unidade São Paulo, cujo tema versou sobre Seguro Garantia e a Abertura do Mercado de Resseguros. No transcorrer da sua explanação, Possiede abordou também o assunto pertinente ao desenvolvimento do Seguro Garantia e das oportunidades geradas para a ampliação das carteiras de outros ramos, além de enfatizar as perspectivas de crescimento econômico do Brasil e as consequências decor-

rentes da quebra do monopólio de resseguros.

Possiede é formado em Ciências Econômicas e é Presidente da J. Malucelli Seguradora S/A.

Além disso é membro da Diretoria da Comissão Técnica de Seguros de Crédito e Garantia da FENASEG; participante atuante da Associação Panamericana de Fianças, foi membro do Comitê Brasileiro do Mercado de Seguros (MERCOSUL) e é membro da Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP).

:: ALTA DO PIB

Os negócios no subsetor de intermediação financeira lideraram o desempenho no setor de serviços - um dos formadores do PIB (Produto Interno Bruto) - ao longo do ano passado. A taxa acumulada de crescimento do segmento que contempla bancos e seguradoras foi de 13% em 2007. Ao todo, o setor de serviços teve expansão de 4,7%, em relação a 2006.

"O aumento do volume de crédito foi o principal responsável para a expansão dos serviços de intermediação financeira", afirmou a gerente de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Rebeca Palis.

De acordo com o órgão, os serviços de informação registraram

elevação de 8% em 2007, em relação ao ano anterior. Na mesma base comparativa, apresentaram incremento os serviços de comércio (7,6%), transporte, armazenagem e correio (4,8%), serviços imobiliários e aluguel (3,5%) e administração, saúde e educação pública (0,9%).

O setor de serviços é o que tem maior peso no resultado final do PIB. Representa 65,8% da economia nacional, seguido pela indústria, com 28,7% de participação, e a agropecuária, com 5,5%. Além do setor de serviços, o destaque principal foi o setor agropecuario, que cresceu 5,3% no período. Na mesma comparação, a indústria teve crescimento de 4,9%. (Fonte: Folha On-line - 13/03/08)





:: IRB RECUSA APÓLICE DA CSN

A abertura do mercado de resseguro já começa a dar sinais de como as coisas vão funcionar no setor. Depois da recusa do IRB-Brasil Re, única resseguradora autorizada a funcionar no país até agora, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) conseguiu colocar no mercado externo uma das maiores apólices do país.

A apólice cobre todas as atividades industriais da CSN e protege os ativos da empresa e coligadas, como a Mina da Pedra, avaliados em US\$9,5 bilhões. O limite de indenização por sinistro é de US\$ 750 milhões (incluindo danos materiais e os lucros cessantes), segundo uma fonte qualificada.

Pelos valores envolvidos, praticamente todo o risco tem que ser colocado com resseguradoras. A surpresa do mercado, porém, foi a recusa do IRB em aceitar a apólice da CSN, fato bastante incomum no passado. Sem a garantia do resseguro, não havia como fechar a apólice do seguro no Brasil para uma empresa do porte da CSN.

Um advogado próximo à operação argumenta que o IRB ainda tem o monopólio do mercado, pois a legis-

lação que abre o setor de resseguro só entra em vigor em abril. Por isso, teria que aceitar a apólice.

O IRB não se pronunciou. Fontes próximas afirmam que, mesmo no passado, quando todos os contratos tinham que passar necessariamente pelo IRB, a empresa não tinha que aceitar todos os riscos. Mesmo que não aceitasse, a legislação determinava que era o IRB que tinha que ir ao mercado externo procurar as resseguradoras. Na gestão do economista Marcos Lisboa, passou a ser possível cotar os prêmios no exterior e negociar o contrato com o IRB em condições mais favoráveis.

A abertura do resseguro, que começa a valer em abril, estabelece uma reserva de mercado de 60%. Este percentual dos prêmios terá que primeiro ser oferecidos para as resseguradoras locais, com empresas constituídas aqui. Até agora há o IRB, a J. Malucelli e a Munich Re. Mas fala-se que ao menos dez companhias devem se estabelecer no país como locais. Se estas companhias não quiserem, a seguradora pode procurar o exterior. (Fonte: FUNENSEG – 13/03/08)

:: COMBATE ÀS FRAUDES

O superintendente da SUSEP, Armando Vergílio dos Santos Júnior e o presidente da FENSEG, Jayme Garfinkel, declararam apoio total às ações para promover a Boa Prática no Seguro Garantia, que foram propostas no I Workshop "Combate à Má Prática no Seguro Garantia: O que fazer?", que aconteceu em São Paulo nos dias 10 e 11 do corrente.

O presidente da FENSEG disse estar muito satisfeito com a iniciativa de promover um combate a fraudes no setor, e que o órgão dará todos os subsídios necessários para que o Guia de Boas Práticas, elaborado na ocasião, seja divulgado e efetivamente seguido. "Com certeza farei todo o possível para que tenhamos um novo mercado livre da má prática, esse é o melhor momento

para discutir e por em prática as ações que estão sendo planejadas", comentou Garfinkel.

Armando Vergílio, que fez a abertura no segundo dia do evento, também firmou compromisso, em nome da SUSEP, de seguir adiante com as sugestões de normas que constarão no Guia. "Faço questão de apresentar o documento para todo o corpo técnico da SUSEP, estaremos também empenhados com essa causa", afirmou o presidente.

No evento formou-se uma comissão técnica que deverá atuar garantindo que as ações combinadas sejam postas em prática a um curto período de tempo. O Guia de Boas Práticas deverá estar disponível para toda comunidade de Seguro Garantia em breve. (Fonte: CQCS – 13/03/08)



:: PROJETO MADEIRA

O projeto Madeira, de construção da usina hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, tem a maior capacidade de garantia no mercado mundial de seguro, de US\$ 1 bilhão para garantir os investimentos previstos de US\$ 5 bilhões para a conclusão do projeto, prevista para 2016. Esse recurso visa minimizar garantir que nada impedirá que o projeto seja finalizado, bem como o investimento de todos os envolvidos no projeto,

desde o governo até as instituições que financiam o projeto.

A UNIBANCO AIG fechou a segunda apólice de garantia do contrato e outras duas deverão ser concluídas até o final do ano. "Mais uma apólice foi finalizada, mas ainda faltam duas e, por isso, ainda trabalhamos na colocação total das garantias", comemora Ney Dias, diretor executivo da UNIBANCO AIG. Toda a colocação do resseguro está sendo conduzida pela UNIBANCO juntamente com a

OCS Seguros, corretora cativa do grupo Odebrecht. Os executivos trabalham há quase dois anos no programa de seguro deste projeto para respaldar o project finance desenvolvido para mitigar os riscos do financiamento da construção.

O projeto é o principal seguro não só do País como do mundo para o mercado segurador por ser o maior empreendimento de energia elétrica previsto no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) para

este ano. A construção do canal do Panamá é o segundo maior em garantia do mundo, com US\$ 700 milhões. O consórcio responsável pelas obras da usina é formado por Furnas Centrais Elétricas, Grupo Odebrecht, Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia, onde participam os Bancos Banif e Santander, Andrade Gutierrez Participações e Cemig Geração e Transmissão. (Fonte: Gazeta Mercantil – 12/03/08)



:: FUTURO PROMISSOR

"O mercado de capitalização pode crescer ainda mais do que tem crescido, pois tem a vantagem de produzir um título que, mesmo que embuta um certo risco, esse risco é limitado". A afirmação é de Helio Portocarrero, diretor executivo da FENACAP - Federação Nacional de Capitalização.

O executivo, que assumiu o cargo na segunda-feira (03/03/08), aposta que o setor tem um futuro promissor no Brasil. Ele comandará a entidade em um momento em que ela prepara um plano estratégico para o mercado de capitalização. Estudos nesse sentido vêm sendo realizados desde o último ano, e já foram objeto de comentários até do Superintendente da CUSEP, Armando Vergílio dos Santos Júnior.

Segundo o executivo, o limite de risco nos títulos, um de seus diferenciais positivos, é determinado pelos vários tipos de produto oferecidos no mercado, com prazos, premiação e percentual de

retorno diferenciados.

Portocarrero aposta, inclusive, que o setor pode funcionar como uma espécie de poupança para os segmentos sociais de baixa renda. "O título de capitalização pode funcionar como poupança financeira nas classes menos favorecidas", comentou.

Questionado se o otimismo com o mercado leva em consideração o aumento do poder de compra da classe C, o executivo afirmou que "um dos fatores de crescimento do setor de capitalização verificado nos últimos anos pode ter sido a melhoria de renda desse segmento".

Helio Portocarrero, professor de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e autor de diversos estudos acadêmicos, foi superintendente da SUSEP entre 1996 e 2003. Ele substitui Neival Rodrigues Freitas, diretor da Federação Nacional de Seguros Gerais (FENSEG). (Fonte: Monitor Mercantil - 06/03/08)

:: IOF PODE CAIR

O Governo estuda a proposta apresentada pelos seguradores que defendem a isenção de Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) nos seguros de veículos com mais de seis anos de fabricação. "Hoje, o preço é impeditivo por uma série de fatores. A isenção do IOF não teria grande impacto do ponto de vista de arrecadação tributária, até porque esses contratos geram apenas 5% do total arrecadado com o pagamento desse tributo pelo mercado, na carteira de automóveis", argumentou o vice-presidente da FENASEG, Carlos Alberto Trindade. Ele participou, terça-feira última em Brasília, do encontro que reuniu lideranças do mercado de seguros e o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O ministro não descartou a hipótese da isenção, quando ouviu as reivindicações e prometeu analisar a viabilidade de cada pedido apresentado, inclusive a questão do IOF no seguro para carros antigos.

Segundo Carlos Alberto Trindade, que também é vice-presidente da SULAMÉRICA, além da isenção do IOF são necessárias mais duas medidas para viabilizar a modalidade de seguro de veículo pleiteada:

a permissão para recorrer a peças usadas e certificadas, no caso de colisão que cause danos ao veículo segurado, e a possibilidade de as seguradoras trabalharem apenas com rede restrita de oficinas mecânicas.

Armando Vergílio dos Santos Júnior, titular da SUSEP, revelou que a agenda positiva que começou a ser discutida no encontro com o ministro envolve questões como o lançamento de produtos como o prev-saúde e prev-educação, que serviriam como formadores de poupança para cobrir gastos do investidor, inclusive com incentivo fiscal; o seguro popular para carros usados, com mudanças na legislação para permitir a utilização de peças usadas e certificadas; e o lançamento do microsseguros. "Neste caso, precisamos de regras específicas, que pretendemos aprovar ainda este ano.

É uma ferramenta de combate à pobreza e de inserção social", destacou. Ele sugeriu ainda a criação de um grupo de trabalho multilateral, composto por representantes do Governo e do setor privado para discutir o microsseguro. (Fonte: Jornal do Commercio - 07/03/08)

:: TRANSPORTE MARÍTIMO

A Swiss Re, maior resseguradora do mundo, começa a conquistar os clientes brasileiros de transporte marítimos num bom momento. No último dia 25/02/08, piratas atacaram um navio no Porto de Santos e levaram 15 televisores de plasma. Este tipo de acontecimento, comum na Ásia e uma novidade no território brasileiro, ajuda a divulgar mais um seguro hoje pouco contratado no Brasil. "É um mercado fantástico para nós e acreditamos que este segmento irá crescer muito aqui com a abertura do resseguro pela tecnologia e boas soluções que, como líderes de mercado, podemos compartilhar com os clientes locais", diz Peter Sydenham, principal executivo do segmento "marine" da maior resseguradora do mundo.

Ele, que controla todas as operações de marine da Swiss Re de Londres, veio ao Brasil para conversar com potenciais clientes neste segmento e prestigiar o primeiro seminário de "Transporte de Carga", ministrado por profissionais do centro de estudo da Swiss Re, para 32 executivos de 15 seguradoras, realizado nos dias 4 e 6 do corrente, em São Paulo.

O segmento de "marine" engloba vários riscos dentro de embarcações, como o casco do navio, a construção - como os encomendados pela Transpetro -, as

responsabilidades de portos, estivadores e embarcadores, bem como a mercadoria transportada. Sydenham conta que este mercado movimentará prêmios mundiais de seguros próximos a US\$ 20 bilhões. A América Latina é responsável por US\$ 2,5 bilhões, sendo o maior mercado o México.

Em resseguros, os prêmios no Brasil somam US\$ 200 milhões, mas a Swiss Re não tem participação no contrato automático do IRB Brasil Re, que até abril ainda tem o monopólio de resseguros, em razão das taxas praticadas estarem fora dos padrões mínimos de subscrição do grupo.

A abertura do resseguro a partir de abril, no entanto, fará com que num curto espaço de tempo o Brasil dê um grande salto e se torne o maior mercado da região. "É o País que tem maior potencial. Além do crescimento econômico da região que gera um aumento natural no volume de cargas transportadas, estar livre de desastres naturais torna o Brasil ainda mais atrativo", comenta.

O mercado de seguros e de resseguros amargou perdas recordes com os furacões Katrina e Wilma em 2006, principalmente na região do Golfo do México. (Fonte: Gazeta Mercantil - 07/03/08)

